

CONSULENTE: Câmara Municipal de Conquista

OBJETO: Projeto de Lei complementar 013/2025, de 12 de setembro de 2025.

## 1. CONSULTA

Trata-se de projeto de lei oriundo do Executivo, que “*Altera a Lei Complementar nº 50, de 28 de fevereiro de 2014, que Institui o Código Tributário do Município de Conquista/MG e dá outras providências*”.

## 2. PARECER

2.1 Cuida-se de consulta formulada sobre a constitucionalidade e legalidade da proposição em epígrafe.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Chefe do Poder Executivo, acompanhado de justificativa.

2.2 Trata-se de evidente assunto de interesse local, pelo que clara a competência, art. 30, incisos I e II da Carta/88 e Constituição Mineira, art. 171, I.

Por aplicação do princípio da simetria, os comandos constitucionais encontram-se reproduzidos no artigo 64, inciso II da Lei Orgânica do Município de Conquista:

*Art. 64. Compete privativamente ao Município:  
...omissis  
II - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Outrossim, o art. 157 da LOM resguarda a presente iniciativa, veja-se:

*Art. 157. A iniciativa de Lei Complementar e Ordinária cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara e ao Prefeito, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.*

A Carta de 1988 expressa:

*Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:  
I - propriedade predial e territorial urbana;*

Veja-se: Trata-se de Lei Complementar, e, em sendo um complemento de legislação já vigente, é espécie correta no aspecto normativo, e, como se mostrou, a iniciativa também não guarda vício.

Na orientação preponderante da doutrina, a modalidade normativa em foco é aquela que demanda mais aguçado detalhamento e especial cuidado.

Aliás, cabe lembrar, inclusive, sua prioridade na tramitação, além de *quórum* qualificado, com votação em dois turnos.

2.3 Na esteira da determinação contida no art. 59 da Constituição da República, adveio a Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1988, regulamentando a alteração das leis:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - na hipótese de revogação;

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

a) não poderá ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;

b) no acréscimo de dispositivos novos entre preceitos legais em vigor, é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração, devendo ser utilizado o mesmo número do dispositivo imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;

c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão "revogado";

d) o dispositivo que sofrer modificação de redação deverá ser identificado, ao seu final, com as letras NR maiúsculas, entre parênteses.

2.4 No aspecto material não se vislumbra qualquer entrave, no que, aliás, sua justificativa acerta esclarecendo o seguinte:

*“As alterações trazidas pelos artigos 1º, 2º e 3º visam atualizar a legislação municipal em relação a Lei Complementar no 116 de 31 de julho de 2003 e suas alterações posteriores. Em breve síntese, houve a inclusão dos serviços 6.06 e 11.05;*

*Já o Artigo 4º visa corrigir a redação do artigo 168, trazendo a possibilidade de valor com desconto. removendo os critérios de alterações cadastrais atuais, que em nossa análise geram um desestímulo para a expansão das atividades, pois o contribuinte é penalizado se alterar as informações, como alteração de endereço, expansão de área, inclusão de CNAE, entre outros”.*

## 2.5

Não se enxerga qualquer espécie de renúncia tributária no PLC *sub examine*, pelo que não há que se delongar no aspecto material da proposição.

## 2.6

Quanto ao aspecto da técnica legislativa, acha-se a proposição em conformidade com os ditames do Regimento Interno:

*Art. 92. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão, à devida proporção, as normas da Lei Complementar N° 95/1998 e Decreto Federal 9.191 de 2017, ou outras que vierem a substituí-los, no que couber.*

Note-se: o regramento citado deriva da submissão aos dizeres do art. 59 da Constituição da República.

## 3. CONCLUSÃO

Posto isto, nosso entendimento é no sentido de que o projeto em questão é legal e constitucional, além de estar conformado à técnica legislativa, pelo que opinamos por sua regular tramitação, pois apto a submeter-se ao crivo soberano do plenário, que decidirá sobre sua eventual aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Conquista, aos 12 de dezembro de 2025.

JOSÉ MARIA SOBRINHO  
= OAB/MG 67.056 =